

Projeto na Câmara busca garantir direitos de acordos coletivos até nova negociação

Os direitos previstos em convenções e acordos coletivos de trabalho poderão continuar valendo mesmo após o fim da vigência desses instrumentos, até que uma nova negociação seja concluída ou haja decisão da Justiça. É o que prevê o Projeto de Lei (PL) 3.015/2025, em análise na Câmara dos Deputados.

A proposta, de autoria da deputada Erika Kokay (PT-DF), altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para restabelecer a chamada ultratividade das normas coletivas. Nota divulgada pela Agência Câmara sobre o PL detalha que, na prática, isso significa que as cláusulas negociadas entre trabalhadores e empregadores permanecerão incorporadas aos contratos individuais até que sejam modificadas ou substituídas por um novo acordo.

Esse mecanismo existia antes da reforma trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467/2017), que passou a impedir a continuidade automática dos direitos após o término da vigência das convenções e dos acordos coletivos.

Ainda de acordo com a Agência Câmara, o projeto mantém o prazo máximo de dois anos para a duração das convenções e dos acordos coletivos. A diferença é

que, encerrado esse período, os direitos conquistados continuarão válidos até que um novo entendimento seja firmado entre as partes ou haja decisão judicial.

Ao justificar a proposta, a deputada Erika Kokay afirma que o fim da ultratividade enfraqueceu a proteção aos trabalhadores. Segundo a parlamentar, impedir a permanência das cláusulas após o término dos acordos, especialmente quando há recusa patronal em negociar, reduz a função protetiva do Direito do Trabalho e desequilibra as relações coletivas. O projeto também busca ampliar a segurança jurídica nas negociações.

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas Comissões de Trabalho e de Cons-



tituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Para entrar em vigor, ainda precisará ser aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Condsef/Fenadsef acompanha a pauta com atenção

A Condsef/Fenadsef, que representa milhares de trabalhadores e participa das negociações de diversos acordos coletivos, acompanha atentamente essa pauta.

A Confederação e suas entidades filiadas reafirmam a importância da negociação coletiva para a manutenção e ampliação de direitos e seguem defendendo os interesses dos trabalhadores em todos os espaços de debate.

Fonte: Condsef

SouGov.br facilita acesso a serviços dos servidores federais

O SouGov.br reúne, em um único ambiente digital, os principais serviços destinados aos servidores públicos federais do Poder Executivo. A plataforma oferece 68 serviços e funcionalidades, além de 25 tipos de solicitações on-line, atendendo servidores ativos, aposentados, pensionistas, gestores e ex-servidores.

Entre os serviços disponíveis estão consulta ao contracheque, 13º salário, férias, banco de horas, carteira funcional, ficha financeira, prova de vida, empréstimos consignados e informações previdenciárias. Para gestores, o sistema também permite acompanhar equipes, férias e registros de frequência.

Desenvolvido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o SouGov.br conta com mais de 1,2 milhão de usuários e tem como objetivo simplificar o acesso aos serviços da vida funcional, tornando os processos mais rápidos, seguros e totalmente digitais.

Com informações do Extra.

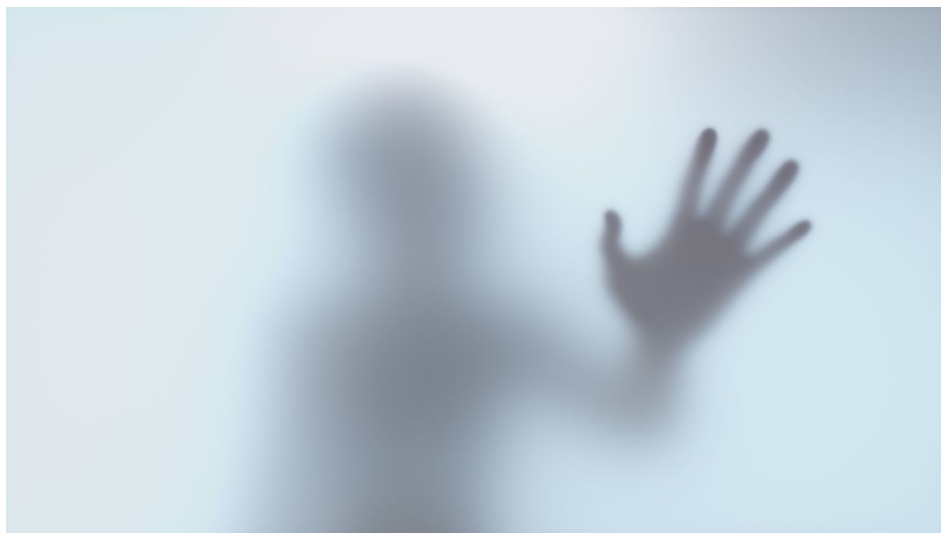
Mulheres negras seguem como principais vítimas de feminicídio no Brasil

As mulheres negras continuam sendo as principais vítimas de feminicídio no Brasil. Entre 2021 e 2024, elas representaram 62,6% dos casos registrados no país, segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Em 2025, foram contabilizadas 1.568 vítimas de feminicídio, um aumento de 4,7% em relação ao ano anterior, o equivalente à média de quatro mulheres assassinadas por dia.

O tema ganha ainda mais relevância durante o Julho das Pretas e o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, celebrado em 25 de julho, datas que reforçam a necessidade de enfrentar as desigualdades de gênero, raça e classe que agravam a violência contra as mulheres negras.

Além da maior incidência de feminicídios, estudos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Atlas da Violência 2026 apontam que mulheres negras enfrentam maiores índices de pobreza, desemprego, informalidade e baixos rendimentos, fatores que dificultam o acesso à moradia, à assistência jurídica, aos serviços públicos e às redes de proteção.

Para a CUT, o enfrentamento ao feminicídio exige políticas públicas integradas que garantam proteção, autonomia e dignidade às mulheres, especialmente às negras. Entre as medidas defendidas estão a ampliação do acesso ao trabalho de-



cente, saúde, educação, creches, moradia e fortalecimento da rede de acolhimento.

A secretária nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, Amanda Corcino, destaca que o movimento sindical também tem papel fundamental na prevenção da violência, defendendo a inclusão de cláusulas de combate ao assédio e de proteção às trabalhadoras nas negociações coletivas, além da articulação permanente entre organizações de mulheres.

Os dados do FBSP revelam ainda que a violência acontece, principalmente, dentro de casa. Entre 2021 e 2024, 59,4% dos feminicídios foram praticados pelo companheiro da vítima e 21,3% pelo ex-companheiro. Em 97,3% dos casos, o autor era um homem, e 66,3% dos crimes ocorreram na residência da vítima.

O Brasil possui instrumentos legais para o enfrentamento dessa violência, como a Lei Ma-

ria da Penha, a Lei do Feminicídio e a Lei nº 14.994/2024, que ampliou a proteção às mulheres e endureceu as penas para esse crime. A rede de atendimento também conta com Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Casa da Mulher Brasileira, Ligue 180 e o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.

Especialistas defendem que, além da aplicação das leis, é indispensável investir em políticas públicas permanentes e na educação para promover a igualdade de gênero, combater o racismo e desconstruir práticas discriminatórias desde a infância. O fortalecimento dessas ações é apontado como caminho essencial para reduzir a violência e garantir que mulheres negras possam viver com segurança, autonomia e respeito.

Com informações repassadas pela CUT.